

**TRAJETÓRIAS NEGRAS DISCENTES NO ESPAÇO  
ACADÊMICO: O QUADRO DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE GOIÁS DIANTE DAS  
AÇÕES AFIRMATIVAS**

**TRAJECTORIES OF BLACK STUDENTS IN THE  
ACADEMIC SPACE: A FRAME OF UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE GOIÁS FRONT AFFIRMATIVE ACTION**



Vol.10 Número 20

jul./dez .2015

p. 641 - 652

**Mariza Fernandes dos Santos<sup>1</sup>**

**Alex Ratts<sup>2</sup>**

**RESUMO:** A década de 2000 representa para o Brasil o período de discussão e implementação das ações afirmativas nas instituições de ensino superior (IES). A proposta que apresentamos consiste em uma abordagem de algumas trajetórias coletivas e individuais de estudantes negrxs graduadxs na Universidade Federal de Goiás e que estão cursando ou concluíram a pós-graduação *stricto sensu*. Um levantamento preliminar indica que a participação em projetos ou programas de ações afirmativas e em coletivos de estudantes negrxs ou núcleos de estudos afro-brasileiros propicia uma ampliação da experiência acadêmica, incluindo a continuidade na pós-graduação, resultando na formação de um movimento negro de base acadêmica e de territórios racializados (negros ou interraciais).

**PALAVRAS-CHAVE:** Ações afirmativas. Trajetórias socioespaciais. Espaço acadêmico.

**ABSTRACT:** The 2000s represents to Brazil the period of discussion and implementation of affirmative action in higher education institutions. The proposal that we present consists of an approach of some group and individual trajectories of graduated black students from the Universidade Federal de Goiás and those who are attending or have completed *stricto sensu* postgraduation programs. A preliminary study indicates that the participation in projects or affirmative action programs and in collective of black students or african-Brazilian study groups provides an enlargement of the academic experience, including the continuity in postgraduation programs, resulting in the formation of a black movement with an academic background and with racialized territories (black or interracial).

**KEYWORDS:** Affirmative Action. Socio-spatial Trajectories. Academic Space.

<sup>1</sup>Graduada em Jornalismo, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia, pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. E-mail: mariza.fernandesdossantos@gmail.com

<sup>2</sup> Antropólogo e geógrafo, professor dos cursos de Geografia e Antropologia, coordenador do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. E-mail: alexratts2uol.com.br

A década de 2000 representa para o Brasil o período de discussão e implementação das ações afirmativas nas instituições de ensino superior (IES). A proposta que apresentamos consiste numa abordagem de algumas trajetórias coletivas e individuais de estudantes negrxs graduadxs na Universidade Federal de Goiás e que estão cursando ou concluíram a pós-graduação *stricto sensu*. Um levantamento preliminar indica que a participação em projetos ou programas de ações afirmativas e em coletivos de estudantes negrxs ou núcleos de estudos afro-brasileiros propicia uma ampliação da experiência acadêmica, incluindo a continuidade na pós-graduação, resultando na formação de um movimento negro de base acadêmica e de territórios racializados (negros ou interraciais).

O artigo é escrito por uma mestrande em Geografia que foi cotista na graduação em Jornalismo e por um professor, geógrafo e antropólogo, que participou (e participa) de programas e projetos de ações afirmativas e ambos pertencem a um laboratório que é correlato a um núcleo de estudos afro-brasileiros (NEAB). Portanto, o texto é fruto de uma reflexividade subjetiva e crítica para além de uma memória pessoal.

Cabe indicar que as fontes são bibliográficas e se dividem em dois conjuntos: 1. memórias de estudantes negrxs de graduação e pós-graduação, inseridos em artigos ou livros de relatos ou nas suas dissertações e teses; 2. artigos que analisam experiências de ações afirmativas nas universidades brasileiras. Por último destacamos que usamos o “x” em vez dos artigos definidos e outras derivações para as flexões de gênero.

### **As relações raciais e o espaço acadêmico: programas e projetos, núcleos e coletivos**

Um momento determinante na configuração do espaço acadêmico do Brasil foi o surgimento das primeiras universidades do país, na terceira década do século XX. Após o fim da escravidão legal e a modernização dos meios de produção, os diplomas de cursos superiores adquiriram um novo status. Novos contingentes buscavam entrar nas faculdades, com vistas à ascensão social. Assim, instituições como as Faculdades de Direito, Medicina e Farmácia que surgiram de forma isolada após a vinda do governo português, para suprir as necessidades da corte, foram reunidas na forma de universidades. Se antes tais instituições possuíam um caráter mais voltado para a profissionalização, conforme descreve Fávero (1997), no novo contexto social que se instalava no país, elas abriram espaço para a pesquisa e tornaram-se alvo de luta por expansão e democratização do acesso.

No mesmo período em que surgiram as primeiras universidades brasileiras, foram criadas a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Frente Negra Brasileira. A UNE surgiu em 1937 como um órgão representativo de todxs xs estudantes universitárixs do Brasil e tinha a democratização do ensino como uma de suas principais bandeiras. Saldanha (2003) destaca que, apesar de ter sido legalmente oficializada somente em 1942, a UNE, desde o seu surgimento, foi reconhecida pelo governo Vargas como única representante oficial dxs estudantes universitárixs. Na análise de Oliveira (2003), o bom relacionamento entre o Estado Novo e a UNE se deveu ao fato de a entidade associar-se ao projeto de desenvolvimento nacional que estava em curso.

A Frente Negra Brasileira, fundada em 1931, foi uma entidade criada por negrx, alguns(umas) ex-integrantes do extinto Centro Cívico Palmares, com o objetivo de unir a população negra brasileira e promover sua integração no país. De acordo com Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes (2006) a Frente representava os desejos e aspirações da população negra, tendo como uma de suas principais demandas a democratização da educação. Entre suas formas de atuação, havia a criação de cursos de alfabetização. No estudo de Regina Pahim Pinto (2013) sobre o período, percebe-se que a principal preocupação era com a educação básica, pois o analfabetismo era considerado causa de vários problemas que afetavam xs negrxs na época. Enquanto eram criadas no Brasil as

primeiras universidades e xs estudantes dos cursos de graduação já se organizavam em uma entidade de representação nacional, a população negra ainda buscava garantir o ensino básico e denunciar sua situação de exclusão no sistema educativo.

Esse contexto evidencia que desde seu surgimento, o espaço acadêmico brasileiro se configurou como um espaço em disputa no qual a raça é um determinante de acesso diferenciado, conforme verificam José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato (2002) quando afirmam que nunca houve um projeto ou discussão sobre a composição da elite étnico-racial que se formaria nas primeiras faculdades criadas no Brasil.

Na década de 1970, os vários movimentos, entidades e grupos de pessoas negras que existiam no país começaram a se articular e formaram o Movimento Negro Unificado em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, que se estendeu posteriormente para outros estados, assim como outros grupos nacionais. Alguns(umas) ativistas que participaram desse processo estavam inseridxs em universidades, onde começaram a formar núcleos e grupos de pesquisa como o Grupo de Trabalho André Rebouças, formado na Universidade Federal Fluminense por estudantes negrxs, entre elxs, a historiadora Beatriz Nascimento. Começam a surgir nas universidades os chamados Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs). Além da atuação de intelectuais negrxs, Sales Augusto dos Santos (2007) destaca o trabalho de ONGs de cunho racial e de parlamentares negrxs como novos agentes na luta anti-racismo. Verifica-se, nesse momento, que xs ativistas negrxs se organizam para atuar em espaços de decisão, o que foi de grande importância no processo que culminou com a aprovação de cotas raciais e sociais no Brasil.

Na década de 1990, a atuação do Movimento Negro foi intensa no sentido de pressionar o poder público por medidas voltadas para a população negra. No campo acadêmico aconteceram alguns eventos; I Encontro de Docentes, Pesquisadores e Pós-Graduandos Negros, em 1989, na UNESP de Marília e o Seminário Nacional de Universitários Negros (SENUN), em Salvador, na UFBA, em 1993.

Um marco do período foi a realização da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, que reuniu mais de 30 mil pessoas em Brasília, no dia 20 de novembro de 1995. Na ocasião, o Movimento apresentou ao Governo Federal o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, com uma série de medidas que visavam promover a valorização do negro e garantir melhores condições de inclusão na educação e no mercado de trabalho. A ação resultou na criação, pelo Governo Federal, do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) e do Grupo de Trabalho para Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTEDEO). Santos (2007) verifica que as políticas adotadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso para responder às pressões do Movimento Negro eram mais uma mudança discursiva do que concreta, mas foram importantes para a inserção do tema na agenda política. O autor destaca que o tema pautou a campanha de alguns candidatos à presidência da República em 2002.

As mudanças resultantes da atuação do Movimento Negro a partir da década de 2000 foram mais sensíveis no espaço acadêmico, pois foi a partir de então que começaram a ser implantadas as primeiras iniciativas de cotas raciais em universidades públicas. Um marco do Movimento Negro Acadêmico no período foi a realização do I Congresso de Pesquisadores Negros (COPENE), de 22 a 25 de novembro, na Universidade Federal de Pernambuco. Na ocasião, foi fundada a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Santos (2007) observa que, entre o COPENE de 2000 e o de 2006, houve um aumento de, em média, 58,0% no número de participantes, o que indica que aqueles que historicamente tiveram sua existência no espaço acadêmico relegada à condição de objeto de pesquisa, estão se tornando produtores de discurso ou, como define Ari Lima (2003), agentes reflexivos.

Foi também na década de 2000, como resultado de um processo histórico, que as

instituições de ensino superior brasileiras começaram a adotar as cotas raciais, inicialmente de forma isolada para atender às pressões locais, até a aprovação da Lei Federal 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas. Outro marco desse período é a Lei Federal 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história da África e Afro-brasileira nas escolas. A espacialização dos NEABs também se intensificou na década de 2000, de modo que atualmente há núcleos e grupos desse tipo em universidades de todas as regiões brasileiras. Uma lista com mais de 80 NEABs no site da ABPN indica que a constituição de territórios racializados em universidades se consolidou como uma estratégia de atuação no espaço acadêmico.

### **Ações afirmativas na UFG: formação de núcleos e coletivos negros acadêmicos**

Desde o início dos anos 2000, a Universidade Federal de Goiás (UFG) se insere neste cenário pela atuação de docentes e discentes, mas cabe retomar sua formação, em 1960. Foi a partir de 1930 que começou a se delinear no Centro-Oeste brasileiro o processo que influenciou intensamente a configuração socioespacial da região, com a construção da nova capital do estado de Goiás, anterior e fundamental para o processo denominado Marcha Para o Oeste no Governo Vargas, com vistas à reocupação do interior do país e ao movimento de incorporação do campo ao modelo capitalista, como reflexo do projeto de expansão agrícola que estava em desenvolvimento.

Essa mudança na configuração socioespacial do Centro-Oeste brasileiro ocorreu sob forte atuação estatal, principalmente por meio da criação de políticas públicas inclusive no campo da pesquisa. Na época, foram criadas as três primeiras universidades do centro-oeste brasileiro: “a Universidade de Goiás, que depois se tornaria a Universidade Católica e agora PUC, em 1959; a Universidade Federal de Goiás, em 1960; e a Universidade de Brasília (UnB), em 1962. Conforme aponta Campolina (2006), a criação de institutos de pesquisa foi de extrema importância no período. Naquele momento, a pesquisa orientada para o desenvolvimento de tecnologias para a agricultura no Cerrado e a formação de mão de obra especializada receberam um grande incentivo.

Quando a UFG foi criada, a pesquisa agrícola estava recebendo forte incentivo com a recente reorganização do Ministério da Agricultura. Posteriormente, a Escola de Agronomia e Veterinária da UFG foi instalada em área cedida por esse Ministério. Em escala nacional, ocorria no Brasil a primeira experiência de expansão mais sistematizada do Ensino Superior. Tal cenário demonstra que apesar de o acesso ao espaço acadêmico brasileiro ter se tornado uma demanda social, a expansão do número de vagas ocorreu como consequência de um projeto econômico e político.

O aspecto que talvez seja o maior exemplo de como se deu essa correlação foi a aprovação, em 1968, da Lei nº 5.465, popularizada como Lei do Boi, que garantia uma reserva de 50% das vagas em escolas superiores de Agricultura e Veterinária mantidas pela União para candidatos agricultores ou filhos destes, que residissem no campo.

Para articular a pretensão dessas escolas, de aumentar o número de estudantes, com a política governamental (e da Usaid) de aumentar a produção de alimentos e, ainda, com a difusa procura por ensino médio e superior da parte de jovens oriundos da zona rural surgiu uma das mais curiosas medidas de política educacional, que veio a ser conhecida como ‘lei do boi’ (lei 5.465, de 3 de julho de 1968). (CUNHA, 2007, p. 85)

A Lei não previa o prazo de vigência da reserva de vagas, que vigorou até 1985, quando ocorreu a revogação. Mesmo tendo sido revogada em 1985, ela foi aplicada no Vestibular de 1986 da UFG, conforme consta no Manual do Candidato:

§ 1º - Os candidatos que optarem pelos cursos de Agronomia ou de Medicina Veterinária e que pretendam utilizar-se da Lei n. 5.465/68 (Lei do Boi), deverão entregar, no ato da inscrição, também as fotocópias dos seguintes documentos, respectivamente:

I – Para os agricultores, proprietários ou não de terras, e ou filhos destes, que residam com suas famílias na zona rural:

- inscrição no Cadastro Rural ICR-INCRA;

- comprovante de filiação ao Sindicato de Classe.

II – Para os candidatos que tenham concluído ou que concluirão o 2º Grau em Estabelecimento de Ensino Agrícola:

- fotocópia do Certificado de Conclusão, ou Atestado de Matrícula atual, no Estabelecimento. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 1985, p. 8)

A Lei do Boi pode ser considerada a primeira iniciativa de cotas em universidades públicas brasileiras. No entanto, ao contrário das ações afirmativas, a Lei não foi uma medida compensatória. Pelo contrário, não é difícil imaginar que a necessidade de deixar a família no campo e migrar para a cidade para cursar a faculdade criava uma barreira econômica para os estudantes cujas famílias não poderiam mantê-los longe do campo.

Desta forma, a Lei do Boi acabou beneficiando apenas aos membros da elite rural, o que se tornou um dos principais argumentos para sua revogação em 1985. No entanto, durante 12 anos, a presença garantida dessa elite nos cursos de Agronomia e Veterinária das Universidades públicas brasileiras alterou o modo como esses espaços se constituíram. Enquanto a permanência da elite era garantida, a diversos segmentos sociais continuava sendo negada a posição de agentes de construção do espaço acadêmico.

Nos final dos anos 1970 e na década seguinte, tanto na PUC, quanto na UFG observamos algumas iniciativas no campo das relações etnicorraciais: a formação do Centro Afro-Brasileiro de Estudos e Extensão (CEAB-UFG) com a participação de pesquisadores negrxs e não negrxs; os estudos sobre cultura e população negra na Universidade Federal de Goiás por pesquisadorxs não negrxs como Gilka Vasconcelos de Salles, da área de historiografia da escravidão, Carlos Rodrigues Brandão, voltado para as Festas do Rosário e Congadas, e Mari de Nazaré Baiocchi, estudiosa de comunidades rurais quilombolas.

Na década seguinte, a UFG inicia seu processo de interiorização como estratégia de expansão do ensino superior. As cidades selecionadas para receber os novos campi foram Catalão e Jataí, localizadas em áreas consideradas pólos de desenvolvimento, no sudoeste goiano, o que demonstra que a ideia de expandir a Universidade para o interior não foi orientada apenas pela vontade de levar o ensino até a comunidade, mas sim, de levar o ensino até uma comunidade específica, em um local de expansão da fronteira agrícola. Dourado (2001) identifica, nesse período, um processo de “privatização do público”, pois afirma que a criação de fundações municipais de educação em Goiás foi articulada com os interesses de instituições de ensino privadas por meio da transferência de prédios, equipamentos e subsídios a mantenedoras privadas. A Fundação Universidade Estadual de Goiás (UEG), criada oficialmente em 1999, é resultado da transformação da antiga Universidade Estadual de Anápolis (UNIANA) e da incorporação de outras 12 instituições mantidas pelo poder público.

Cinco anos depois de ser criada, a UEG adotou um sistema de cotas para negrxs, indígenas, portadorxs de deficiência física e estudantes de escola pública, implantado pela Lei 14.832, de 2004. Ao analisar o processo de adoção das cotas nessa instituição e na UFG, Leandro Vaz (2012) observa que o diferencial entre as duas universidades é que na UEG, as decisões ocorreram de forma mais verticalizada, ou seja, nas esferas do poder legislativo, representante do Estado. A proposta inicial foi apresentada pelo então Deputado Estadual Luiz César Bueno, do Partido dos Trabalhadores (PT). Na UFG, a pressão pela implantação de ações afirmativas foi mais interna, pois a proposta resulta de uma série de acontecimentos que se desenvolvem na instituição, como reflexo de um contexto nacional em que o

Movimento Negro atuava para institucionalizar o debate sobre suas demandas.

Alguns grupos que surgiram na UFG na década de 2000 foram determinantes no movimento de elaboração e aprovação do programa de cotas da instituição, o UFGInclui, aprovado em 2008. Um deles foi o projeto Passagem do Meio: Qualificação de Alunos Negros de Graduação para Pesquisa Acadêmica na UFG, desenvolvido entre 2002 e 2004, concebido por três professores, três alunos e uma ativista do Movimento Negro. O projeto, vinculado ao Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (LPP-UERJ), com financiamento da Fundação Ford, tinha como objetivo estimular a permanência de alunos de graduação negrxs de baixa renda na UFG e inseri-lys em atividades de pesquisa, a exemplo de bolsas de PIBIC, PET e PROLICEN. Além da permanência, o Passagem do Meio teve foco na inserção de alguns(umas) alunxs dos últimos anos, que atuavam como assistentes de pesquisa, em programas de pós-graduação. Posteriormente, estudantes oriundxs do projeto ajudaram a formar o Coletivo de Estudantes Negros Beatriz Nascimento (CANBENAS) e o Núcleo de Estudos Africanos e Afrodescendentes (NEAAD).

Em 2006, foi implantado na UFG o Programa Conexões de saberes, do Ministério da Educação, que visava estudantes de origem popular, mas também possuía um recorte de raça. O programa também previa a permanência dxs estudantes na universidade e a participação em projetos de extensão e pesquisa. Professores e alunxs que integraram os projetos e coletivos citados tiveram atuação decisiva no processo de criação e aprovação do programa UFGInclui.

Em 2003, os coordenadores do Passagem do Meio apresentaram, no Seminário Universidade e Ação Afirmativa no Coração do Brasil, o primeiro projeto de reserva de vagas para estudantes negros na UFG, intitulado Proposta de Ação Afirmativa para Estudantes Negros(as) de Graduação na Universidade Federal de Goiás. A proposta, no entanto, não chegou a ser implantada. Em 2006, o CANBENAS E O NEAAD realizaram uma série de atividades relacionadas à luta pela implementação das cotas e elaboraram um segundo projeto de ações afirmativas, chamado Pré-Projeto de Ações Afirmativas para Estudantes e Docentes Negros(as) na UFG. Em 2007, o Programa UFGInclui foi apresentado pela gestão da UFG em uma reunião da Câmara de Graduação. Cirqueira, Gonçalves e Ratts (2012) afirmam que a proposta foi elaborada sem um diálogo mais profundo com os grupos que elaboraram o Pré-Projeto. Até então o UFGInclui não previa reserva de vagas, mas sim um sistema de bônus na nota do vestibular para estudantes oriundxs de escolas públicas, sem o recorte de raça.

O CANBENAS, o NEAAD, o Conexões de Saberes e outrxs professorxs que participavam da discussão sobre o tema contestaram a implementação do projeto e, em 2008, apresentaram a proposta do Programa de Ação Afirmativa para Estudantes de Escola Pública, Negros/as, Indígenas e Quilombolas da Universidade Federal de Goiás, que foi aprovada no mesmo ano, apesar de ter sofrido várias alterações no decorrer das discussões.

### **Trajetórias negras discentes no espaço acadêmico: a rota da UFG**

A intenção de várixs jovens negrxs universitárixs e ativistas dos anos 1970 e 1980 era trazer a discussão racial para o espaço acadêmico para além do patamar da escravidão e das ausências sobre a história da África e da população negra no Brasil (RATTS, 2011). A formação de grupos de discussão que vieram a se configurar como Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros marca a formação de um movimento negro acadêmico em grupos intrarraciais e ou inter-raciais com lideranças de pesquisadorxs que falam “desde dentro” (RAMOS, 1997 [1954]). Algumas trajetórias pretéritas podem ser mencionadas.

Por trajetória espacial (ou socioespacial) entendemos os deslocamentos de um indivíduo ou coletividade entre locais distintos entre espaços - de residência, estudo,

trabalho ou lazer, entre bairros, cidades regiões, países - que fazem a diferença na sua situação social, pois não se resumem a um deslocamento geométrico. Abordamos esta categoria no âmbito da ciência geográfica a partir do estudo com trabalhadores (SOUZA, 2007; LOPES, 2008), militantes (MACHADO, 2011) e intelectuais ativistas (CIRQUEIRA, 2010; RATTS, 2007), procurando interseccionar raça, gênero, classe e espaço.

Maria Beatriz Nascimento, conhecida pesquisadora e ativista (RATTS, 2007) do século passado, cursou História na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1971, e logo em seguida fez a especialização, em História do Brasil na Universidade Federal Fluminense (UFF), com o estudo “Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas”, estagiando no arquivo Nacional e posteriormente propondo, junto com estudantes negros, a criação do Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR) na UFF que organizou por mais de 10 anos a Semana de Estudos sobre o Negro na Sociedade Brasileira naquela instituição (RATTS, 2011). De 1974 a 1994, Beatriz Nascimento pesquisou os temas do quilombo, do racismo e da relação Brasil-Europa-África.

Marlene de Oliveira Cunha, uma das fundadoras do GTAR, amiga e companheira de trabalho de campo de Beatriz Nascimento, na introdução da sua dissertação defendida em 1986 na Universidade de São Paulo - “Em busca de um espaço; a linguagem gestual no candomblé de Angola” -, se refere aos seus dilemas de estudante negra e menciona a criação do grupo:

No curso de Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense foi possível prever que encontraria respostas às indagações que surgiram pela minha condição de mulher negra frente às pressões e obstáculos que se colocavam a minha determinação de romper com o *status quo* da família negra à qual pertencço: nas camadas subalternas do estrato social.

(...) Paralelamente uma professora da escola desenvolvia uma pesquisa sobre mercado de trabalho para o negro. Eu e um colega fomos contratados para ajudá-la a realizar a pesquisa de campo, o que mais tarde ensinou a criação de uma 'Semana de estudos sobre a contribuição do negro na formação social brasileira'.

A Semana reuniu um número significativo de estudiosos que propiciaram através de suas pesquisas, um maior conhecimento de múltiplos aspectos da comunidade negra. Mesmo algum tempo depois de ter ingressado na Universidade de São Paulo, continuei, participando e auxiliando na organização da Semana de estudos (CUNHA, 1986, 10-11)

Um dos integrantes do GTAR, então estudante de Geografia, Andreilino de Oliveira Campos, se graduou em 1980, concluiu o mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1998 com o tema: “Do quilombo à favela: o tráfico de drogas enquanto estratégia de sobrevivência nos marcos de uma ordem segregacionista” que posteriormente foi editado como livro (CAMPOS, 2005). Tornou-se docente da Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 1999. Campos cursou o doutorado e o concluiu em 2006 com a tese “O planejamento urbano e a invisibilidade dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial”. Tem publicado vários artigos referentes à temática etnicorracial e coordena o Núcleo de Estudos Sociedade, Espaço e Raça. Campos rememora a importância do GTAR e do movimento negro no espaço acadêmico:

No Rio de Janeiro, na década de 1970, um dos atos de maior significado para o movimento negro foi a criação, em algumas universidades públicas e privadas, de núcleos de estudos com a participação efetiva de alguns poucos negros que ingressaram na vida acadêmica. A função desses grupos foi trazer para o interior da universidade a discussão sobre questões das relações raciais. Para além da militância, o movimento negro já ocupa o espaço acadêmico, de maneira tímida, desde então. Foram constituídos alguns núcleos: o Grupo de Trabalho André Rebouças (Universidade Federal Fluminense), que, sob a influência da historiadora Mariz Beatriz Nascimento, em perspectiva multidisciplinar, discutiu no decorrer de uma semana em novembro o tema 'Contribuição do negro na sociedade brasileira' (CAMPOS, 2006, p.

110. Nota 70).

Estudantes de baixa renda relatam suas dificuldades de adentrar, permanecer e continuar na vida acadêmica. Há inúmerxs graduandxs que têm pessoas próximas na universidade como docentes, técnicos ou discentes de graduação e pós-graduação, que não acessam os grupos de pesquisa, inclusive porque o número de bolsas é pequeno. Para estudantes de baixa renda e, particularmente, para negros e indígenas, dentre outros segmentos subalternizados e subrepresentados no espaço acadêmico a entrada neste campo raras vezes era acompanhada pelo acesso à pesquisa. O contato com grupos de estudos da questão etnicorracial e/ou com pesquisadorxs (negrxs ou não) estudiosxs da questão etnicorracial amplia a vivência acadêmica para além da sala de aula e propicia a (re)elaboração de uma identidade negra. Relatos que lemos de estudantes negrxs da UFMG e da UFG exemplificam este cenário:

Estou no terceiro período, do curso de Psicologia, venho como voluntário no projeto de literatura do Literafro [na Faculdade de Letras/UFMG] que tem também esse recorte racial, étnico, sobre literatura produzida por afro-descendentes, negros. (...) Mas aí, como hoje, de uns anos para cá, até mesmo pela questão das ações afirmativas, pela questão das cotas, estão sendo a se posicionar, pelo menos buscar informação que tem a ver com eles. Mas a coisa foi muito natural, entrei na universidade, conheci pessoas que estavam ligadas com a questão racial, nesse projeto que eu faço parte voluntariamente. Então já foi participando de um grupo de discussão racial, dois ou três meses depois que eu entrei na faculdade. (Joaldo da Conceição Alves) (TEIXEIRA, PRAXEDES E PÁDUA, 2006, p. 79 - 80)

Interessante dentro de um grupo é que ele é um grupo de negros na universidade, você acaba tendo uma referência muito grande. Apesar de ter causado um certo estranhamento na faculdade, algumas reações foram de indiferença. Acho que pensaram assim: vamos deixar! Até que o projeto [Passagem do Meio] continuou e como ele tem visibilidade, o que aconteceu foi que tanto os alunos quanto o próprio projeto se tornam referência, principalmente quando se fala na questão negra. Outra coisa é, tendo um grupo negro na faculdade, um espaço que é especificamente branco, você descobre que não precisa largar seu passado negro. Se você passa a andar em lugares que são especificamente brancos, você acaba tendo que embranquecer. Foi o que eu senti por muito tempo. Para ser uma pessoa boa, mais que as outras, para conquistar espaços. E quando está nesses espaços tem que ser branca. E o Passagem do Meio permite que a pessoa entre na faculdade sem acontecer isso. (Pollyanna Marques Vaz) (RATTS e DAMASCENA, 2004, p. 180).

Fiz a seleção para concorrer a bolsa do Passagem, mas não fui selecionada e fiz parte assiduamente como bolsista voluntária. Posso dizer que esse projeto foi um divisor de águas para mim não só academicamente. (...) Agora, já no final da graduação, com todas as dúvidas e inseguranças adquiridas e algumas convicções, conheci o Conexões de Saberes, um Programa com uma concepção incrível. Quando conseguirmos colocá-lo em prática em sua amplitude aqui, tenho certeza que muitos alunas/os de origem popular encontrarão força e razão para permanecer na universidade. (Fabiana Leonel de Castro) (SOUZA, BARBOSA e SILVA, 2009, p. 16-17)

Outros relatos indicam que a participação em projetos e programas traz a possibilidade de traçar o percurso no campo da pesquisa. Um dos estudantes de Geografia integrante do Projeto Passagem do Meio na UFG, Diogo Marçal Cirqueira, concluiu o curso em 2008, com a monografia “Trajetória sócio-espacial de estudantes negras/os da Universidade Federal de Goiás”, cursou o mestrado com a dissertação “Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e na trajetória de Milton Santos” e concluiu recentemente o doutorado com a tese “A inscrições da racialidade no pensamento geográfico brasileiro” em cuja introdução ele se situa como pesquisador:

Sou da 'geração afirmativa' no Brasil. Meu ingresso e formação na universidade se deu concomitante a implementação e os debates em torno das Ações Afirmativas. Na

verdade, sou produto e produtor dessas políticas, uma vez que fui beneficiário e militei para que fossem implantadas e expandidas na universidade da qual fazia parte, a UFG. Nesse contexto, principalmente no auge dos debates em torno das cotas entre 2003 e 2010, algo que perpassou minha trajetória como ativista e estudante de Geografia foi buscar questionar um conhecimento elitista, classista e eurocentrado produzido na academia brasileira. Para isso, um dos objetivos do coletivo que participei no período era conformar perspectivas que fossem além das leituras redutoras fundadas no mito da Democracia Racial. Algo interessante dos debates no grupo foi o fato de que meus irmãos e irmãs - historiadores, antropólogos, sociólogos, linguistas etc. - traziam uma série de discussões de seus cursos que eu não encontrava nas aulas de Geografia. Os debates com meus colegas me alimentavam muito intelectualmente, contudo também traziam uma série de questionamentos acerca do tema relações étnico-raciais no corpus da ciência geográfica. Por que a Geografia dita Humana não tratava desse assunto tão premente na realidade brasileira? (CIRQUEIRA, 2014, p. 11)

A questão de Cirqueira motiva a elaboração de sua tese. Cabe mencionar que o pesquisador fez doutorado-sanduíche na Universidade do Texas em Austin. A estudante de Ciências Sociais Fabiana Leonel de Castro fez graduação em ciências Sociais (2002-2006), foi bolsista voluntária no projeto Passagem do Meio e bolsista do programa Conexões de Saberes, como foi narrado acima, posteriormente se destinou à UFBA onde conclui o mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo com a dissertação “Negras jovens feministas: sexualidade, imagens e vivências”, na qual ela rememora:

Penso no tema de sexualidade de jovens negras desde 2005, mas ressalto, não necessariamente nos moldes em que abordo a questão hoje. Ele surgiu na efervescência de algumas experiências pessoais bastante profundas e orientadoras; projetos profissionais, políticos e afetivos. Em especial, formar e alimentar um grupo ativista, CANBENAS - Coletivo de Estudantes Negras/os Beatriz Nascimento, onde nas discussões em reuniões (e também fora delas), as questões relativas aos relacionamentos afetivo-sexuais sempre estavam presentes. Essas questões estavam nas falas das mulheres do grupo, mulheres jovens, tentando olhar suas vidas de uma forma reflexiva, mas nem por isso menos passional (CASTRO, 2010, p. 14).

Fabiana Leonel está cursando doutorado completo na Universidade Nova de Lisboa com o tema “Uma etnografia de *periguetes*: relações de gênero, raça e sexualidades no pagode baiano”. Outra integrante do CANBENAS, Lorena Francisco de Souza, fez graduação e mestrado em Geografia na UFG, finalizados respectivamente em 2004 e 2007, e doutorado na mesma área, na Universidade de São Paulo (USP), com o tema “Migração para qualificação da força de trabalho e a questão racial: estudantes africanos/as lusófonos/as negros/as em universidades goianas” concluído em 2014. Na sua pesquisa de mestrado - “Corpos negros femininos em movimento: trajetórias socioespaciais de professoras negras em escolas públicas” - ela rememora a passagem pelo coletivo estudantil negro:

Já no término de minha graduação pude participar de reuniões e pesquisas voltadas à temática racial, bem como do Coletivo de Alunos(as) negras(os) Beatriz Nascimento, o CANBENAS, onde pude (re)conhecer intelectuais negras e negros através de leituras e estudos, me reconhecer nas faces e falas dos membros que, hoje, compartilham comigo conhecimento, trabalhos, pensamentos e afinidades. A escolha do tema da pesquisa, assim, partiu da minha indagação sobre as relações raciais, a educação e a geografia, vertentes ainda distantes, mas que, a partir da interdisciplinaridade no convívio com pares de outras áreas das ciências humanas e da memória de aulas e disciplinas em que pude presenciar uma geografia mais humana, me fizeram atentar para uma perspectiva feminina e negra na ciência geográfica. (SOUZA, 2007, p. 14-15)

O percurso de estudo e de pesquisa de Marlene Cunha e Andreilino Campos (que

perteceram ao GTAR) ou de Diogo Cirqueira, Fabiana Leonel e Lorena Souza (no CANBENAS) poderia ter sido individual, repleto de superações, mas todxs fazem questão de ressaltar a formação e a participação em núcleos ou coletivos negros, assim como em eventos, fenômeno que continua na contemporaneidade.

### **Ao fim, considerações**

Ao relembarmos o histórico de desenvolvimento do ensino superior no Brasil, é importante destacar que, simultaneamente a esse processo, estava em curso no país um movimento de negação e silenciamento do racismo que teve, como uma de suas consequências, a presença pouco representativa da população negra nas universidades. Sob o certificado de cientificidade conferido pela academia, xs intelectuais que ocupavam esse espaço encontraram campo fértil para suas construções teóricas, nas quais xs negrxs apareciam constantemente como objetos da ciência e raramente como produtorxs do discurso.

Em quase todas as trajetórias, observamos a memória da participação em coletivos negros (GTAR, Projeto Passagem do Meio, CANBENAS, NEAAD) ou interracialis (Programa Conexões de Saberes), o que reforça a ideia de um movimento negro acadêmico. Vale ressaltar a continuidade de alguns estudos e pesquisas no campo etnicorracial da graduação para a pós-graduação, ampliando um horizonte de vivência universitária. Em trabalho posterior, buscaremos o diálogo acerca das expectativas de inserção social daqueles estudantes que passaram pela UFG, universidade centro-oestina que cresceu notoriamente por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) no mesmo período de implementação das cotas raciais no país, tornado-se referência para outros estados e regiões.

A comunidade pedagógica (HOOKS, 2013) que núcleos e coletivos propiciam em torno dos temas raciais, mas também de classe e gênero, parece se constituir num ponto de apoio para uma inflexão que aponta para uma consolidação e quiçá ampliação da presença negra no espaço acadêmico, qualificando-o e tornando-o reconhecidamente diferenciado e diferente, ainda que os quadros docentes e gestores sejam majoritariamente brancos.

### **NOTAS**

<sup>2</sup> Pedagoga. Graduada em Ciências da Economia (UCAM) e estudante de mestrado do PPGdu (UNIRIO) com o foco na Educação de Pessoas Jovens e Adultas. ivins341@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Adotamos a noção de “acontecimento universitário” utilizada por Willy Thayer (2002).

<sup>4</sup> Esse estudo é parte da linha de pesquisa com a qual estamos envolvidos no âmbito do projeto Formação de professores, pedagogias decoloniais e interculturalidade: agendas emergentes na escola e na universidade.

<sup>5</sup> Santiago Castro-Gómez (2010) argumenta que os mestiços fizeram todo o possível para lavar a linhagem de sangue de seus antepassados com a finalidade de que seus filhos pudessem ser adaptados para ocupar cargos públicos e/ou ingressar nas estruturas como as universidades, conventos entre outras.

<sup>6</sup> Projeto criado no período de implementação das Ações Afirmativas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003) com o objetivo de ampliar as chances de estudantes, através da realização de atividades de desenvolvimento acadêmico.

<sup>7</sup> Em 21 de abril de 2008 um grupo de 113 pessoas, contou com a participação de um expressivo número de professores universitários e lançou a Carta dos cento e treze que ficou conhecida posteriormente como “manifesto contra cotas”. Nele, entendiam as medidas como uma proposta ameaçadora de racialização da sociedade. Destaca-se o fragmento que diz o seguinte: “A proposta cerrada em favor das cotas raciais assegura-nos que os estudantes universitários cotistas exibem desempenho similar aos dos demais. Os dados concernentes ao tema são esparsos, contraditórios e pouco confiáveis”.

<sup>8</sup> Sobre isso, recomendamos o trabalho de Antônio Sergio Alfredo Guimarães (1999), de Petrônio Domingues (2007) e de Domingues e Gomes (2014).

<sup>9</sup> Atualmente o curso avançado em estudos étnico-raciais Fábrica de Ideias, está localizado na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Acolhe, desde 1998, um número expressivo de jovens negros/as estudantes de mestrado e doutorado – brasileiros/as e estrangeiros/as - com o objetivo de promover intercâmbio de grupos comprometidos com o tema e buscando interfaces com os estudos desenvolvidos em diferentes partes da Diáspora Negra e da África.

<sup>10</sup> A “Rede Nacional de Núcleos de Estudos Afro-brasileiros” ou “Consórcio de NEABs” está em todo o país. Funciona sob a coordenação de pesquisadores/as comprometidos/as com a Educação para as relações étnico-raciais no âmbito das universidades e desenvolve ações de ensino, extensão e pesquisa privilegiando a inserção de estudantes e investigadores/as negros/as.

## REFERÊNCIAS

- BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes; CHAVEIRO, Eguimar Felício. Cartografias de um pensamento de Cerrado. In. PELÁ, Marcia; CASTILHO, Denis (orgs.). **Cerrados – perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, 2010.
- CAMPOLINA, Bernardo Palhares. **O grande cerrado do Brasil Central: geopolítica e economia**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2006.
- CARVALHO, José Jorge de; SEGATO, Laura Rita. **Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília**. 2002. Disponível em: <[http://afro-latinos.palmares.gov.br/\\_temp/sites/000/6/download/biblioteca/arquivos/PROJETO\\_DE\\_COTAS\\_Proposta%20de%20JCarvalho.pdf](http://afro-latinos.palmares.gov.br/_temp/sites/000/6/download/biblioteca/arquivos/PROJETO_DE_COTAS_Proposta%20de%20JCarvalho.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2015.
- CASTRÔ, Fabiana Leonel de Castro. **Negras jovens feministas: sexualidade, imagens e vivências**. Dissertação de mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Salvador, NEIM/UFBA, 2010.
- CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Inscrições da racialidade no pensamento geográfico brasileiro (1880-1930)**. Tese de doutorado em Geografia. Niterói, PPGEO/UFG, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Entre o corpo e a teoria: a a questão étnico-racial na obra e na trajetória de Milton Santos**. Dissertação de mestrado em Geografia. Goiânia, PPGEO/UFG, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Trajectoria sócio-espacial de estudantes negras/os da Universidade Federal de Goiás**. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Geografia. Goiânia, IESA/UFG, 2008.
- CIRQUEIRA, Diogo Marçal; GONÇALVES, Carliane Paiva; RATTS, Alex. As marcas da travessia: o processo de implementação de ações afirmativas e cotas na Universidade Federal de Goiás. In. SANTOS, Jocélio Teles dos (org.). **Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão**. Salvador: CEAQ, 2012. p. 259-284.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **A interiorização da educação superior e a privatização**

do público. Goiânia: Ed. da UFG, 2001.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. **A universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977.

GRUPO DE TRABALHO ANDRÉ REBOUÇAS. Em busca de um espaço. Encontro Nacional Afro-Brasileiro - Rio de Janeiro, 29/07 a 1º/08/82. In: **Estudos Afro-Asiáticos. Cadernos Cândido Mendes**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 8-9, 1983. p. 64-66.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo, Martins Fontes, 2013.

LIMA, Ari. A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual. **Afro-Ásia**, 25-26, 2001. p. 281-312.

MACHADO, Talita Cabral. **Relações raciais e espaço urbano: trajetórias socioespaciais de militantes do movimento negro na região metropolitana de Goiânia**. Dissertação. Mestrado em Geografia. IGoiania, PPGEU/UFG, 2011.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro e São Paulo: luta e identidade**. Ponta Grossa: Editora UEPG; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

RAMOS, Guerreiro. O negro desde dentro. **Revista Thoth**. No. 3. Setembro/dezembro, 1997, p. 185-192. (Publicado originalmente na revista Forma, Nº 3, outubro de 1954).

RATTS, Alex. Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica. **Revista Nguzo**. Ano I. No. 1, Londrina, mar/jul, 2011. p. 28-39.

\_\_\_\_\_. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade - movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da (Org.). **Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala Editora, 2009, p. 81-108.

\_\_\_\_\_. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/ Instituto Kuanza. 2007.

\_\_\_\_\_. **Geografia, relações étnico-raciais e educação**: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. Terra Livre. Vol. 1. No. 34, Jan-Jun, 2010, p. 125-140.

RATTS, Alex; DAMASCENA, Adriane A. Experiências de ação afirmativa: interlocução com o ponto de vista da juventude negra. In: BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela. **Levando a raça a sério**: ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

RIOS, Flávia Mateus. Movimento negro brasileiro nas Ciências Sociais (1950-2000). **Sociedade e Cultura**. Goiânia, v. 12, n. 2, jul./dez. 2009. p. 263-274.

SALDANHA, Alberto. **A UNE e o mito do poder jovem**. Maceió: EDUFAL, 2005.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas**. Tese (Doutorado em Sociologia). Brasília, UnB: 2007.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, n. 117, novembro/2002. p. 219-246.

SOUZA, Lorena F. de. **Corpos negros femininos em movimento: trajetórias socioespaciais de professoras negras em escolas públicas**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Goiânia: PPGEU/UFG, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Concurso Vestibular 1986**. Manual do Candidato. Goiânia, 1985.

VAZ, Leandro F. **Ações afirmativas aplicadas às políticas de cotas étnico-raciais. Inclusão social do negro na Universidade Estadual de Goiás**. 2012. Dissertação de Mestrado em Geografia. Goiânia, PPGEU/UFG, 2012

Recebido em: 24/10/2014

Aprovado para publicação em: 03/08/2015